EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Khetlen Bitencourt Santos[1]

Lílian De Lima Pereira[2]

Aline Santana Pureza Maciel[3]

INTRODUÇÃO

Atualmente, vivencia-se um momento em que mundialmente a inclusão escolar de alunos com deficiência na rede regular de ensino está em voga. As legislações são explícitas quando atrela à escola a obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independentemente de sua deficiência ou diferença. Entretanto, não é suficiente apenas esse acolhimento, torna-se indiscutível que o aluno tenha as condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades para permanecer no ambiente escolar.

Não basta apenas a falácia da inclusão escolar é necessário quebrar estereótipos, alterando as concepções sobre a educação das pessoas com deficiência, exigindo uma mudança na formação de professores e um planejamento da organização dos recursos necessários para efetivar a Educação Inclusiva. Assim, acreditamos que é de suma importância discutir a temática "Educação Inclusiva: os desafios da atuação do profissional de apoio escolar".

Atualmente o número de alunos com deficiência vem aumentado nas escolas regulares, devido à presença desse novo personagem que ganhou destaque como profissional de apoio escolar (PAE) sob a Lei 13.146/2015, que

[1] Discente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia-FAM (Abaetetuba/PA). E-mail: Khetlenbitencourt93@gmail.com.

[2] Professora Especialista e orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso da FAM (Abaetetuba/PA). E-mail: lialima78@hotmail.com.

[3] Mestranda em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territórios do Programa de Pós Graduação em Cidades, Territórios e Identidades-PPGCITI da Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba/PA. E-mail: alinemaciel18@outlook.com.

institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Uma profissão criada recentemente no território brasileiro com diversas nomenclaturas e funções, dependendo de cada região, sem saber qual é sua atribuição e seu perfil profissional mediante as condições de trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O profissional de apoio é um personagem novo no ambiente escolar, ele surge de forma colaborativa, sem exigência de formação especializada para o exercício. Isto é, para atuar nesta função pode ser pessoas voluntárias, universitários, estagiários e até mesmo pessoas com o nível médio, na qual acaba de certa forma desmerecendo a qualificação necessária que requer o público alvo da educação especial. Segundo Lopes (2018, p.9):

> Ainda sem função e atribuições bem definidas, sem perfil profissional específico e condições de trabalho desconhecidas, a figura desses PAE, relativamente, recente nas políticas de escolarização, tem-se tornado cada vez mais frequente e conflituosa nos contextos escolares. [...] esse personagem pode constituir um apoio importante para viabilizar o processo de inclusão escolar de estudantes que requerem esse tipo de apoio, mas que pode ser também usado como mecanismo de barateamento e simplificação do sistema de apoio.

Em síntese, o perfil desse profissional vem passando por grandes modificações no cenário educacional, as quais estão relacionado aos investimentos destinados aos serviços especializados e por conseguinte o sucateamento de profissionais com a formação mínima, resultando menor custo para os cofres públicos.

Dessa forma, é relevante constatar que o profissional de apoio escolar tem o papel de auxiliar a criança com deficiência, orientando essa criança na alimentação, locomoção, higienização e nas atividades que apresentar dificuldades. Faz-se necessário que o professor regente da turma, a escola e a família trabalhem em parceria com o profissional de apoio, para que este possa desenvolver em sua atuação maior eficaz na construção de conhecimento, compartilhamento de informações e conduzir da melhor forma

possível a independência do aluno com deficiência.

Neste sentido, a proposta de ensino colaborativo torna-se uma estratégia viável para o desenvolvimento escolar do alunado público alvo da educação especial. Segundo Conderman, Bresnahan e Pedersen (2009):

> Enfatizam que é preciso discutir na escola questões relacionadas ao tempo de planejamento em comum entre o professor de educação especial e o professor da sala regular; aos conteúdos que devem ser incluídos no currículo; às adaptações curriculares; à distribuição de tarefas e responsabilidades; às formas de avaliação; às experiências em sala de aula; aos procedimentos para organização da sala; à comunicação com alunos, pais e administradores; ao acompanhamento do progresso de aprendizagem dos alunos; às metas para o Plano Educacional Individualizado dos alunos com deficiência.

Vale salientar que essa proposta do ensino colaborativo visa um ensino cooperativo, coparticipativo, no qual o professor regente junto com o docente da educação especial desenvolvem um trabalho articulado e de parceria. Assim Bezerra (2012, p.193-194):

> A contratação de estagiários ou auxiliares, juntamente para atender alunos que requerem apoios intensos e sistematizados, em virtude de síndromes, deficiências ou outras formas de desenvolvimento diferenciado, longe de representar a solução dos desafios aludidos demonstra materialização do atendimento universal precário ofertado aos alunos com (e sem) deficiência na escola para todos.

Diante disso, a contratação desse profissional pode provocar um desentendimento no processo de escolarização, no qual é intensificado pelo baixo custo, gerando a desvalorização profissional. Também a prática pedagógica desse profissional de apoio escolar deve ser centrada no aluno, garantindo a ele a participação efetiva em todas as atividades proporcionadas em sala de aula, afim de preencher suas necessidades básicas e funcionais no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES

Ao concluir este estudo ressaltamos a importância do profissional de

apoio no ambiente escolar, o qual trabalha a independência do aluno a fim de desenvolver a sua autonomia na construção dos conhecimentos. Além de contribuir com a superação de barreiras e no progresso da sua formação e contribuição para a vida escolar desse aluno.

Em relação ao tema estudado Educação Inclusiva: os desafios na atuação do profissional de apoio escolar, é possível destacar que em tempos de pandemia, provocado pela COVID 19, este auxiliar não pode acompanhar o aluno com deficiência presencialmente o que vem acarretando a esse alunado prejuízos consideráveis em suas atividades escolares.

Com esse estudo foi identificado que o PAE à inclusão escolar, tem funções específicas de acordo com a legislação em vigor, a qual não está relacionada a questões curriculares. Considerando as suas atribuições, o profissional de apoio escolar será o mediador desse aluno com deficiência nos momentos de higiene, alimentação e locomoção.

Assim, é relevante dizer que o PAE passa a ser um colaborador no processo de inclusão do aluno no cotidiano escolar, o qual trabalha com a especificidade do alunado e suas condições físicas para acessibilidade na escola. Portanto, ainda há muito a se fazer entre a lei e a realidade. É preciso que as leis possam ser garantidas legalmente, de modo a contribuir com as resoluções já adquiridas e particularmente falando-se do Estatuto da pessoa com deficiência (2015), a legislação precisa rever e considerar a abrangência do profissional de apoio escolar como um dos mediadores no sucesso escolar do público alvo da educação especial.

Nesse sentido, alguns desafios elencados nessa pesquisa foram a falta de políticas públicas, a escassez e/ou inexistência de formação docente adequada em educação especial, baixa remuneração, poucos investimentos na formação continuada e/ou em exercício dos professores, e ainda a falta de eficácia nas iniciativas públicas que garantem esse profissional de apoio em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n° 13.146**, de 6 de junho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão. 2015.

CONDERMAN, G.; BRESNAHAN, V.; PEDERSEN, T. **Purposeful coteaching**: real cases and effectives strategies. California: Corwin Press: Thousand Oaks, 2009.

LOPES, M. M. (2018). **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil. Recuperado em 26 de novembro de 2019 de <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9899/LOPES_Mariana_2018.pdf?sequence=4>.

VILARONGA, C. A. R; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Rev. bras. Estud. pedagog. (Online)**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a08v95n239.pdf>. Acesso em 09. out. 2019.